

Pescadores açorianos solicitam ao Governo revisão do cálculo das pensões

O Sindicato dos Pescadores e a Cooperativa Porto de Abrigo enviaram ontem uma exposição pública, com abaixo assinados, “na qualidade de pescadores e mestres armadores beneficiários de pensões de reforma por velhice, por desgaste físico e por invalidez”, solicitando ao Governo e à Assembleia Regional dos Açores assim como aos partidos políticos representados na Assembleia dos Açores e na Assembleia da República, a equiparação com efeitos imediatos (para vigorar desde 1 Janeiro de 2022) de regime idêntico ao que vigora aos demais trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços.

Os subscritores sublinham que apesar de, nos preâmbulos da legislação que regula o regime da segurança social para a pesca reconhecerem que o regime vigente para os profissionais da pesca, “em matéria de protecção social ficar aquém do que seria desejável” (preâmbulo da Portaria 98/83 29 de Janeiro) e que “a atividade da pesca é especialmente penosa e desgastante” (Dec. regulamentar 2/2021) e por essas razões se justificar a antecipação por desgaste físico (Dec. regulamentar 40/86 12 de Setembro), os profissionais da pesca são afectados no cálculo das suas pensões pela irregularidade dos rendimentos resultantes da sorte da pesca assim como do valor da primeira venda do

pescado, e, ainda, devido ao sistema de financiamento previsto para a pesca local e costeira assente na coleta de 10% sobre o valor bruto da 1ª venda do pescado transaccionado em lota.

Este conjunto de situações determina que a maioria dos profissionais marítimos e ou preparadores das artes auferem pensões que se situam entre os 300 e 400 euros estando nestes valores os acréscimos previsto no Decreto Legislativo Regional 20/2014 aprovado pela Assembleia dos Açores a 30 de Outubro de 2014.

“Refere-se que o valor das reformas pagas nos Açores são, em média, entre 25 a 50% mais baixas que as pagas aos pensionistas das pescas do restante território Nacional, resultando esta situação do facto das soldadas médias auferidas pelos profissionais da pesca

da parte continental portuguesa serem mais elevadas”, adianta o documento.

“Independentemente da situação de injustiça da legislação em vigor em todo o território nacional, e que não é de forma alguma contrariada pela legislação regional produzida para contrariar as situações de desigualdade resultantes da insularidade e ultraperiferia (Decreto Legislativo Regional 20/2014, de 30 de Outubro)”, acrescenta.

Assim, “à justa exigência dos reformados e pensionistas subscritores relativamente à actualização, com efeitos imediatos, dos valores pagos nos Açores propomos aos partidos com assento na Assembleia da República a alteração do regime contributivo para a segurança social, admitindo a alteração do regime contributivo especial para a pesca através do aumento das contribuições pa-

gas, considerando a possibilidade da adopção de regime semelhante ao que vigora para segmentos da pequena pesca da Espanha, que inclui a cobertura dos seguros cobrindo os acidentes de trabalho a bordo assim como as situações de morte e invalidez ocasionadas em sinistros marítimos”, conclui o abaixo assinado.

Acompanhado um quadro comparativo salarial, os pescadores comentam: “Verifica-se que, apesar dos Açores ser a região do país em que o salário mínimo é mais elevado, e a que tem a maior taxa de pobreza e exclusão social. E também aquela onde um sector sócio profissional de actividade intensiva e de risco acrescido, se reforma com mais de 40 anos com pensões inferiores ao mínimo de sobrevivência”.

Limiar de pobreza 2021 e salários mínimos nacional e regionais 2022

Quadro comparativo*

Limiar de pobreza (2021)	540,00€	10% menos de	300,00€
Salário mínimo nacional (2022)	705,00€	15% entre	300,00€ e 400,00€
Salário mínimo regional- Madeira (2022)	723,00€	70% entre	400,00€ e 450,00€
Salário mínimo Regional- Açores (2022)	740,25€	05% mais de	500,00€

* Os valores encontram-se arredondados por defeito ou excesso pela unidade mais próxima. São residuais os pescadores e mestres armadores de pesca local e costeira que auferem pensões superiores a 550€ mês.

Relatório anual da Nova School conclui que os Açores são a região mais pobre do país

O relatório anual da Nova School of Business & Economics, “Portugal, Balanço Social 2021”, conhecido ontem, traça o retrato socioeconómico dos portugueses, tendo por base o “Inquérito às condições de vida e rendimento de 2020” e o relatório “ICOR 2021” disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística, onde se conclui que os Açores são a região mais pobre do país.

Na sua 2ª edição, o trabalho foi realizado no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social, um programa plurianual estabelecido entre a Fundação “la Caixa”, o BPI e a Nova SBE, instituições responsáveis pela apresentação do documento.

A autoria é de Bruno P. Carvalho, Mariana Esteves e Susana Peralta, do Nova SBE Economics for Policy Knowledge Center.

As conclusões do relatório

Do relatório fica-se a saber que o predomínio da pobreza e privação material tem decrescido.

A taxa de risco de pobreza em 2019 é de 16,2%, menos um ponto comparativamente ao ano anterior.

A taxa de privação material em 2020 regista-se em 13,5%, menos 1,6 pontos



percentuais em relação ao ano anterior.

Manifestam-se principalmente em desempregados, famílias monoparentais e pessoas com baixa escolaridade, sofrendo como maiores privações a dificuldade de usufruir férias fora de casa, dificuldade de gerir face a despesas inesperadas e manter as casas aquecidas;

Uma em cada três pessoas desempregadas são pobres, e uma em cada dez empregadas são pobres;

Em 2020, 14,3% das famílias pobres viviam em acomodações sobrelotadas,

face à população total de 9%. Quase 23% avalia ter uma saúde má ou muito má, e 18,9% aponta ter dificuldades em aceder aos cuidados de saúde; Os Açores são a região mais pobre do país (28,5%); já o Norte é a região do território continental com maior taxa de risco de pobreza (18,1%) em 2019; Alcochete é, em 2019, o município com o ordenado mais elevado (2011,5 Euro), e os ordenados mais elevados concentram-se no litoral do país; Celorico de Basto regista a remuneração média mensal mais baixa, com 794,4 Euro.

De 2018 para 2019 a percentagem de crianças pobres aumentou 0,6 pontos percentuais (19,1% em 2019). São o grupo mais vulnerável à exclusão social e à pobreza.

As perturbações na actividade lectiva de 2021 trouxeram perdas de competências face a 2019, segundo amostra representativa de alunos do 2º, 5º e 8º ano nas provas de aferição. Metade dos professores de escolas públicas e um terço de escolas privadas que participaram num inquérito não representativo acredita que a recuperação de aprendizagens irá demorar dois ou mais anos escolares.

Quase metade dos maiores de 60 anos admitiu sentir-se frequentemente

ou algumas vezes sozinhos no ano de 2020.

Quase 73% disse ter sentido ansiedade ou nervosismo, e 63% teve consultas canceladas durante a pandemia.

Quase 18% das pessoas maiores de 65 anos era pobre em 2020, e dados de 2018 indicam que 34,9% não tinha possibilidade para fazer refeições completas e comprar alimentos.

O ano de 2021 registou mais consultas do que o ano de 2019, no entanto o número de cirurgias mantém-se longe dos valores de igual período de 2019. O aumento justifica-se na necessidade de dar resposta às consultas adiadas em 2020.

A pandemia deteriorou a saúde mental, nomeadamente das pessoas mais pobres, desempregadas e menos escolarizadas.

O mercado de trabalho mudou em resposta à pandemia.

Fevereiro de 2021 foi o mês que registou mais trabalhadores em layoff simplificado, sendo que o pedido é 50% mais frequente para mulheres.

O teletrabalho manifestou-se predominantemente entre trabalhadores com maiores níveis de escolaridade e, entre março de 2020 e 2021, o número de horas laborais diminuiu 14,9%.